

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/Instagram



O assessor socador ao lado de Pablo Marçal

Da cadeirada ao soco, do soco ao tiro, do tiro ao crime

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou na terça-feira o uso da Força Nacional para reforçar a segurança nas eleições de 6 de outubro em municípios de 12 estados. Nesses estados, as autoridades alegam que precisam do reforço porque não teriam sozinhas condições de garantir a paz no pleito. Ainda que a presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, tenha apontado

que esse reforço já foi usado em outros anos, ela mesma apontou na sessão a preocupação com a escalada de violência nas eleições de 2024. Que tem como expoente máximo o candidato do PRTB, Pablo Marçal, que transformou a violência em regra na maior cidade do país. Por mais que ele queira posar de vítima, por que os episódios de violência sempre o envolvem?

Caos

Porque, como dizíamos aqui na terça-feira (25), Marçal estabelece, de forma deliberada, esse comportamento como rotina. É um “engenheiro do caos”. Cármen Lúcia não citou nomes. Mas se Marçal não entendeu o recado é quase um problema cognitivo.

Escalada

O grave, porém, é que esse tipo de padrão a partir da maior cidade do país transborda numa escalada. Vai, então, da cadeirada de José Luiz Datena ao soco do assessor de Marçal que abriu o supercílio do marqueteiro de Ricardo Nunes (MDB), Duda Lima.

Reprodução/Instagram



Candidata no Guarujá, Thaís sofreu um atentado

Risco maior é o crime organizado na política

E do soco em Duda Lima chega aos tiros desferidos contra a candidata do União Brasil à prefeitura do Guarujá, Thaís Margarido. No domingo (22), o carro em que ela estava foi cravado de balas. Cinco tiros. Felizmente, ninguém se feriu. No Rio de Janeiro, o Tribunal Regional Eleitoral (TSE) alterou 53 locais de votação

na própria cidade do Rio e em municípios como Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti por infiltração do crime organizado nas seções originais. A mudança é justificada pela segurança, mas afetou a vida de 171 mil eleitores. A infiltração do crime organizado na política é uma triste novidade política brasileira.

Violência

“De um modo geral, violência política sempre houve”, observa o cientista político Isaac Jordão. A própria criação da Justiça Eleitoral teria sido decorrência disso, para coibir coisas como o voto de cabresto. Mas o envolvimento do crime organizado é hoje um problema.

TSE

O TSE vem tentando atuar para coibir essa associação. Nesse sentido, observa Isaac Jordão, Cármen Lúcia manterá o mesmo padrão de rigor nesse sentido que marcou as presidências anteriores de Luís Roberto Barroso e de Alexandre de Moraes no tribunal.

Crime

Para Isaac Jordão, o risco da mistura do crime com a política se intensifica. A mudança nas regras de financiamento das campanhas retirou o “financiamento por dentro” e criou o “financiamento por fora”. De milícias, do narcotráfico, de grupos organizados.

PRTB

E, aí, voltamos a Pablo Marçal. E às suspeitas que surgiram de envolvimento do seu partido, o PRTB, com o PCC. “Isso é grave e precisa ser muito bem investigado”, observa o cientista político. “Se o país não tomar o devido cuidado, será criminalizada a política”.



Bets movimentam mais de R\$ 20 bilhões, segundo o Banco Central

Senador Omar Aziz cobra suspensão das empresas bets

Fazenda tenta endurecer regras de bets após relatório do BC

Waldemir Barreto/Senado

Por Gabriela Gallo

O Banco Central (BC) divulgou um relatório sobre o mercado de apostas online no Brasil e o perfil dos apostadores. O documento, solicitado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), realizou um cruzamento de dados entre as loterias da Caixa Econômica Federal e 56 empresas que operam jogos de azar e apostas online. E os resultados são, no mínimo, impressionantes. O Correio da Manhã teve acesso ao relatório. Enquanto loterias da Caixa arrecadam mensalmente R\$ 1,9 bilhão, as empresas de apostas movimentam por mês R\$ 20,8 bilhões. Os dados se referem somente a agosto de 2024. Do total movimentado por esse recorte das empresas, cada uma arrecada mais de R\$ 235,7 milhões.

E o número pode ser ainda maior, já que estas empresas não estão com o CNPJ cadastrado para esse tipo de atividade. Além disso, segundo o documento, “muitas dessas empresas não atuam exclusivamente no setor de apostas, podendo ser substituídas ao longo do tempo, o que torna a análise ainda mais complexa”.

Entre janeiro e agosto deste ano, as transferências para empresas de jogos de azar e apostas variaram entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões. Do perfil dos apostadores, o BC estima que 24 milhões de pessoas físicas, a maioria entre 20 e 30 anos, participaram de jogos de azar e apostas e realizaram ao menos uma transferência via Pix para essas empresas. Os valores apostados aumentam para quanto mais velho for o apostador.

Além disso, outro dado chamou atenção do perfil do participante: desses 24 milhões, cinco milhões pertencem a famílias beneficiárias do programa social Bolsa Família. Desses, 70% (quatro milhões) são chefes de famílias, que são aqueles que de fato recebem o benefício. Foram enviados, por transferências instantâneas (Pix), R\$ 3 bilhões vindos do programa – em uma média de R\$ 100 por apostador. Vale destacar que os valores devem ser maiores, já que essas empresas também aceitam pagamento por cartões de crédito.

“Esses resultados estão em linha com outros levantamen-



Omar Aziz: estimular o vício é crime e ação precisa ser contida

tos que apontam as famílias de baixa renda como as mais prejudicadas pela atividade das apostas esportivas. É razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira”, completou o documento.

Agilidade

Diante dos dados, o senador Omar Aziz informou ao Correio que cobrou agilidade para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) acione o Supremo Tribunal Federal (STF) para “imediatamente” suspender todas as Bets que funcionam no Brasil até que sejam definidos e normalizados critérios, como o perfil daqueles que podem jogar – como, por exemplo, qual idade mínima para participar das apostas e poder aquisitivo.

O senador ainda criticou figuras públicas, como a influenciadora Deolane Bezerra e o cantor sertanejo Gustavo Lima, que usam de sua influência para divulgar jogos de apostas online, como o “jogo do tigrinho”.

“O que eles estão fazendo é a mesma coisa que faz um traficante quando induz um jovem a usar droga e ele passa a ser dependente químico e passa a vida toda a assaltar e roubar para poder comprar droga porque ele está viciado, ele está doente”, critica o senador. “O jogo é uma doença. Estão induzindo as pessoas a ficarem doentes, a fazerem qualquer coisa para ter dinheiro e jogar para testar a sorte”, concluiu.

Ações de combate

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) encaminhou à Suprema Corte, nesta terça-feira (24), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) solicitando a proibição dos jogos de apostas on-line em todo o país, alegando que esse tipo de plataforma está corroendo as finanças de famílias brasileiras, especialmente as mais pobres. O caso será analisado pelo ministro Luiz Fux.

A ação também contesta a Lei 14.790/23, conhecida como “Lei das Bets”, que regula as apostas que contam com um fator de multiplicação fixo, pelo qual é multiplicado cada real apostado, em caso de premiação. Essas apostas englobam apostas esportivas baseadas em eventos reais (jogos de futebol e outros eventos esportivos) e apostas baseadas em eventos virtuais de jogos online (cassinos online). A lei foi sancionada na intenção de tentar regularizar jogos de apostas, tratando os apostadores como consumidores.

Em conversa com jornalistas, nesta quarta-feira (25), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, reforçou que a pasta está preocupada com os dados divulgados pelo BC e que, as plataformas de apostas que estão autorizadas a operar no país serão obrigadas a compartilhar informações com a Fazenda para o controle do endividamento por CPF. Ele ainda reforçou que o ministério editou dez portarias sobre o tema e

que, a partir de outubro, somente poderão atuar empresas que pediram autorização (até agora 113 solicitaram).

Projetos

Duas semanas antes de o Banco Central divulgar o relatório, a deputada federal e presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann (PR), protocolou o Projeto de Lei 3518/2024, que veda ações de comunicação, publicidade e marketing para loterias de apostas de quota fixa. De acordo com a parlamentar, a proposta é “proteger os consumidores, especialmente aqueles mais vulneráveis, dos potenciais riscos associados ao aumento da exposição às apostas e jogos de azar”.

Além do projeto da deputada, e diante do impacto aos beneficiários do Bolsa Família, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) anunciou nesta quarta-feira (25), que também encaminhou dois projetos de lei para tentar combater o vício. Na mesma linha do projeto de Gleisi, um deles é o PL 3511/2024, que regulamenta toda propaganda voltada para as apostas bets.

O outro projeto, PL 3670/2024, proíbe a utilização de cartões de crédito e contas bancárias do programa Bolsa Família em apostas online ou não. “Não vamos financiar financiamento de jogos pelo cartão de crédito. [São] juros abusivos, mais de 400% de juros endividando o povo e as famílias brasileiras”, manifestou o parlamentar por meio de suas redes sociais.